

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.439.983 - RJ (2019/0033939-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : DINA SCOTT DOS SANTOS
AGRAVANTE : JOSE CARLOS DOS SANTOS
ADVOGADO : JORGE LUIZ DE CARVALHO VELLOSO E OUTRO(S) - RJ036021
AGRAVADO : TIC BRISE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA
OUTRO NOME : C29 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : FREDERICO PRICE GRECHI E OUTRO(S) - RJ097685
DANIELLE PENA PIRES - RJ123460
VICTOR DA SILVA CARVALHO - RJ211951

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. NATUREZA PRECÁRIA E PROVISÓRIA DO *DECISUM* QUE, EM REGRA, NÃO AUTORIZA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 735/STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por Dina Scott dos Santos e José Carlos dos Santos desafiando decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que não admitiu o processamento do recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 46):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C DEVOLUÇÃO DE QUANTIAS PAGAS. INDEFERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA. NOTIFICAÇÃO PARA DEVOLUÇÃO DA QUANTIA PAGA. INADIMPLÊNCIA DESDE MAIO/2016. AUSÊNCIA DE MORA. NECESSIDADE DE MAIOR DILAÇÃO PROBATÓRIA.

1. DECISÃO QUE INDEFERIU A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA, EM RAZÃO DA FALTA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA.

2. AGRAVANTES QUE CELEBRARAM CONTRATO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA, PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL, COM DIREITO AO USO DE UMA VAGA DE GARAGEM. ALEGAM QUE EM RAZÃO DA CRISE ECONÔMICA DO PAÍS, PLEITEARAM A RESCISÃO DO CONTRATO COM A DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS,

BEM COMO ABSTENÇÃO DA COBRANÇA DE QUAISQUER PARCELAS.

3. EMPRESA AGRAVADA QUE NÃO SE ENCONTRAVA EM MORA QUANDO DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. CONCLUSÃO DA OBRA PREVISTA PARA ABRIL/2017, JÁ COMPUTADO PRAZO DE TOLERÂNCIA DE 180 DIAS, INEXISTINDO, NESTE MOMENTO, INFORMAÇÃO QUANTO A MORA DO PROMITENTE VENDEDOR.

4. NECESSIDADE DE MAIOR DILAÇÃO PROBATÓRIA, PARA QUE SE POSSA APURAR EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO.

5. POSSIBILIDADE DE RESILIÇÃO DO CONTRATO, POR ACORDO ENTRE AS PARTES.

6. Precedente: 0006209-87.2017.8.19.0000 – AGRAVO DE INSTRUMENTO – Des(a). MARIANNA FUX – Julgamento: 29/03/2017 – VIGÉSIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR.

7. Súmula 59, DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA: “SOMENTE SE REFORMA A DECISÃO CONCESSIVA OU NÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, CAUTELAR OU ANTECIPATÓRIA, NOTADAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À PROBABILIDADE DO DIREITO INVOCADO, SE TERATOLÓGICA, CONTRÁRIA À LEI OU À PROVA DOS AUTOS.”

8. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

Os aclaratórios opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 86-93).

Nas razões do recurso especial, os recorrentes alegaram ofensa aos arts. 294, 300, 489, § 1º, IV, 1.022, I e II, do NCPC; 413, 421, 422 do CC/2002; 6º, VIII, e 51 da Lei n. 8.078/1990. Sustentaram negativa de prestação jurisdicional. Afirmaram uma deficiente apreciação das razões apresentadas contra o agravo de instrumento interposto, bem como dos fundamentos dos embargos declaratórios opostos, gerando uma resposta imperfeita pelo Poder Judiciário.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 125).

O Tribunal local inadmitiu o processamento do recurso especial pela incidência da Súmula n. 7 do STJ e pela ausência de ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do NCPC.

Irresignados, os recorrentes interpõem agravo refutando os óbices apontados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 172-174 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Não reconheço a apontada violação do art. 1.022, I e II, do Novo Código de Processo Civil, pois, de um lado, não existia omissão a ser suprida; de outro, foram apropriados e legítimos os fundamentos que sustentaram a conclusão alcançada pelo acórdão local, não se podendo a ele atribuir o vício de omissão apenas porque resolveu a celeuma em sentido contrário ao postulado pelos recorrentes. Ora, de acordo com a jurisprudência desta Casa, o magistrado não está obrigado a se manifestar acerca de todos os fundamentos assinalados pelas partes, notadamente quando já houver decidido a controvérsia com base em outras justificativas.

Verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo que se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Com efeito, é pacífico o entendimento desta Corte de que, em regra, não cabe recurso especial contra decisão proferida em liminar ou antecipação de tutela, seja para deferi-la, seja para negá-la, na linha do entendimento contido na Súmula n. 735 do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO

ESPECIAL. ACÓRDÃO QUE DEFERIU ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. ANÁLISE DO MÉRITO DA DEMANDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 735/STF, APLICADA POR ANALOGIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Na forma da jurisprudência, não é cabível recurso especial quanto à alegação de ofensa a dispositivos de lei relacionados com a matéria de mérito da causa, que, em liminar ou antecipação dos efeitos da tutela, é tratada apenas sob juízo precário de mera verossimilhança, "porquanto (em relação a) tal matéria, somente haverá causa decidida em única ou última instância com o julgamento definitivo, atraindo, analogicamente, o enunciado da súmula 735 do STF: 'Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar'" (STJ, REsp 765.375/MA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJU de 08/05/2006). Em igual sentido: STJ, AgRg no AREsp 404.891/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2013.

II. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp n. 1.289.023/PB, Relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 25/6/2015)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. PROCESSO CAUTELAR. INCIDÊNCIA DO ART. 542, § 3º, DO CPC. RECEBIMENTO NA FORMA RETIDA. RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO LIMINAR/ANTECIPATÓRIA DE TUTELA. SÚMULA N. 735/STF.

1. Nos termos do que dispõe o art. 542, § 3º, do Código de Processo Civil, o recurso especial oriundo de decisão interlocutória proferida em processo de conhecimento, cautelar ou embargos à execução ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte por ocasião da interposição de recurso contra a decisão final.

2. Nessas hipóteses, tem-se entendido que, em razão do processamento indevido do recurso especial, o qual, a rigor, devia ter permanecido retido, nos termos do art. 542, § 3º, do CPC, os autos devem ser restituídos ao Tribunal a quo em observância do preceito legal. Precedentes.

3. Esta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF ("Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar"), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 581.358/RJ, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 28/4/2015, DJe 5/5/2015)

Ademais, extrai-se do acórdão proferido pelo Tribunal de origem o seguinte (e-STJ, fl. 49):

Insurgem-se os Agravantes contra decisão proferida em Ação de Rescisão de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, em que foi indeferida a tutela de urgência requerida na inicial.

Registra-se de início, que a decisão que analisa e defere o pedido de antecipação de tutela de urgência e evidência é provimento provisório, fundada em cognição sumária e no princípio do livre convencimento do Magistrado.

Alegam os Agravantes, que celebraram contrato particular de promessa de compra e venda com a parte Agravada, para aquisição do apartamento 508, do Bloco 02, com direito ao uso de 01 vaga de garagem do Grupo A, do Empreendimento Imobiliário denominado “Brise Clube Condomínio”, no Bairro de Jacarepaguá, nesta cidade. Que em razão da crise econômica do País, resolveram pleitear a rescisão do contrato com a notificação da Empresa Agravada, para devolução das parcelas pagas, no valor total de R\$57.842,77 (cinquenta e sete mil e oitocentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos), bem como a abstenção da cobrança de quaisquer parcelas.

Revedo os autos de origem, observo que quando do ajuizamento da ação, 19/10/2016, a empresa Agravada não se encontrava em mora para com a entrega da obra, como se verifica do instrumento particular de promessa de compra e venda firmado pelas partes, em que o prazo previsto para conclusão da obra é abril/2017, já computado o prazo de tolerância de 180 dias, como previsto no item V, do quadro de resumo (Peças do Originário – Pasta 000017), inexistindo, neste momento, informação quanto a mora do promitente vendedor.

De outro lado, verifica-se, ainda, que os Agravantes deixaram de pagar as prestações contratadas desde o mês 05/2016, ou seja seis meses antes do ajuizamento da ação. Quanto à possibilidade de resilição do contrato, em que pese constar do referido instrumento, que o mesmo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável (cláusula 2.18), pode ser flexibilizado sua resilição, por acordo entre as partes.

Desta forma, face a inexistência da mora, não se pode impor, nesse momento, a rescisão do contrato, com a suspensão do pagamento das prestações, fazendo-se necessário uma maior dilação probatória, para que se possa apurar os fatos alegados e a possível revisão da decisão.

Dessa forma, para rever o entendimento do acórdão recorrido acerca da presença dos requisitos necessários ao deferimento da tutela de urgência, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, medida defesa em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7 do STJ.

Corrobora esse entendimento o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. AMBIENTAL. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. [...]

3. A iterativa jurisprudência do STJ é no sentido de que, para analisar os critérios adotados pela instância ordinária que ensejaram a concessão ou não da liminar ou da antecipação dos efeitos da tutela, é necessário o reexame dos elementos probatórios a fim de aferir a "prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação", nos termos do art. 273 do CPC/1973, o que não é possível em Recurso Especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

4. Enfim, modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, de modo a acolher a tese do recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: EDcl no REsp 1.435.614/RS, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 1/9/2015, e AgRg no REsp 1.491.498/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 4/8/2015.

5. Ademais, é "sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas à base de cognição sumária e de juízo de mera verossimilhança. Por não representarem pronunciamento definitivo, mas provisório, a respeito do direito afirmado na demanda, são medidas, nesse aspecto, sujeitas à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmadas ou revogadas pela sentença final." (AgRg no AREsp 400.375/GO, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 2/12/2013).

6. Agravo Interno não provido.

(AgRg no AREsp n. 820.974/SC, Relator o Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/4/2016, DJe 25/5/2016).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator